



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

VALMIRA MARIA DE SOUSA

AFRO-DESCENDENTE E FORMAÇÃO DOCENTE

CAJAZEIRAS - PB

2007

VALMIRA MARIA DE SOUSA

AFRO-DESCENDENTE E FORMAÇÃO DOCENTE

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Plena em Pedagogia do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Professora Ma. Antônia Lis de Maria Martins Torres.

CAJAZEIRAS - PB

2007



S725a Sousa, Valmira Maria de.
Afro-descendente e formação docente / Valmira Maria de
Sousa. - Cajazeiras, 2007.
68f.

Monografia(Licenciatura em Pedagogia)Universidade
Federal de Campina Grande, Centro de Formação de
Professores, 2007.
Contém Bibliografia.
Não disponível em CD.

1. Formação docente. 2. Identidade negra. 3. Afro-
descendente. 4. Racismo. I. Martins, Antonia Lis de Maria.
II. Universidade Federal de Campina Grande. III. Centro de
Formação de Professores. IV. Título

CDU 377.8

Aos futuros educadores da Escola Normal de Sousa, que despertaram suas consciências para o mal do racismo, e à todos os cidadãos que constroem um amanhã com mais justiça.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a DEUS por tudo que já adquiri.

Aos meus pais, Vicente Alipio de Sousa e Maria Augusta de Sousa (in memória), que me encorajaram a realizar meu desejo de estudar, ao meu irmão Vicente Paula de Sousa (in memória); e a minha sobrinha Camila, que muitas vezes me acompanhou nas atividades acadêmicas.

Ao Pedagogo Paulo Pereira pela sensibilidade para com seu povo.

À minha e eterna mestra e orientadora Lis, que contribuiu muito para minha pesquisa.

Aos colegas de turma, que se fizeram presente na caminhada e à Simone em especial.

Todos aqueles que favorecem a manutenção, a indução ou a propagação do racismo, do preconceito e da discriminação racial no espaço escolar precisam ser levados a rever suas atitudes. Não basta ser bom profissional. Há a necessidade de ser solidário com os alunos e com os problemas que os atingem.

Eliane dos Santos Cavalleiro

RESUMO

SOUSA. Valmira Maria de. **Afro-descendente e formação docente**. 2007. 69 f. Monografia (Graduação em Docência) – Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras - PB, 2007.

Esta monografia faz uma análise pautada diante as discussões entre educação, cultura, identidade negra e formação docente. Para tal, apresenta a necessidade de articulação entre os processos educativos escolares e a inserção de novas temáticas e discussões no campo da formação de professores/as. Este estudo envolve a questão do afro-descendente e formação docente, constitui-se no objeto deste trabalho por serem instrumentos atuais que vêm coibir comportamentos racistas na Sociedade brasileira. Partiu-se de antecedentes históricos, originados de ações de homens que arrancaram os negros africanos de suas terras, por meio de força de armas, causando a esse continente toda sorte de perversidade com prejuízos que perduram até os dias de hoje. No entanto não percebemos que: africanos e seus descendentes resistiram e resistem, contribuíram e contribuem em diversos processos de construção deste país. Dando continuidade às reflexões realizadas pela turma, discutem-se as representações sobre a cor negra, construídas dentro e fora do ambiente escolar, a partir de produções textuais, depoimentos de homens e mulheres negras em vídeos e desenhos. Para essas pessoas, a experiência não se reduz ao espaço da família, das amizades, da militância. A escola aparece em vários depoimentos como um importante espaço no qual também se desenvolve o tenso processo de construção da identidade negra. Lamentavelmente, nem sempre ela é lembrada como uma instituição em que o negro e seu padrão estético são vistos de maneira positiva. O entendimento desse contexto revela que o corpo, como suporte de construção da identidade negra, ainda não tem sido uma temática privilegiada pelo campo educacional, principalmente pelos estudos sobre formação de professores e diversidade étnico-cultural. E que esse campo, também, ao considerar tal diversidade, deverá se abrir para dialogar com outros espaços em que os negros construam suas identidades. Atentos à importância do trabalho com a questão racial e com a responsabilidade social da escola na desconstrução de estereótipos raciais, alguns estabelecimentos de ensino, sobretudo do setor público, já desenvolvem trabalhos e projetos voltados para a valorização da cultura negra. As escolas que percebem a importância de um trabalho coordenado com a comunidade, os movimentos sociais e profissionais negros que lidam no seu cotidiano com a questão racial, abrem as suas portas para um trabalho em conjunto. É nesse momento que a articulação entre os espaços escolares e não-escolares pode acontecer. Cabe a nós ampliar e mudar o que temos diante de todos nós.

Palavras-chaves:

Formação docente, Identidade, Afro-descendente.

UNIVERSIDADE FEDERAL
DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
BIBLIOTECA SETORIAL
CAJAZEIRAS - PARAÍBA

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
CAPÍTULO I. Resgate histórico.....	18
CAPÍTULO II. Ninguém nasce racista!.....	25
CAPÍTULO III. A temática do afro-descendente no cotidiano escolar.....	30
CAPÍTULO IV. Afro-descendência na perspectiva dos alunos.....	41
CAPÍTULO V. Discutindo a temática afro-descendente na Escola Normal.....	53
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....	61
REFERÊNCIAS.....	66

INTRODUÇÃO

A tematização em torno da questão sobre o afro-descendente sempre foi sonogada no campo do ensino das escolas brasileiras, devido a uma visão racista que sempre houve e continua muito presente no ambiente escolar, que nada mais faz do que reproduzir o que ocorre na sociedade mais ampla, onde realmente o negro ainda é discriminado, desvalorizado. Este preconceito que ainda perpetua no espaço escolar continua sendo um dos fatores responsável pelos pensamentos etnocêntricos que classifica o negro como “selvagens” e incapaz de produzir história.

Recorrendo a história de luta e resistência negra, naqueles que sobreviveram as longas jornadas, à alimentação precária, aos maus tratos, castigos e mesmo sob ameaça do chicote, o escravo negociava espaço de autonomia com os senhores, quando: faziam corpo mole ao trabalho, incendiavam plantações, agredia senhores e feitores, rebelava-se individual e coletivamente e que ainda, esta luta é constante nos dias atuais.

As formas de resistência eram, portanto, muitas e variadas. A fuga aparece como uma das mais típicas e, de acordo com muitos historiadores que contavam a luta dos nossos irmãos, nos livros de ensino fundamental, é inerente à escravidão. Surgi aí à formação de uma sociedade afro-brasileira que havia iniciado nas senzalas.

Nos últimos tempos, o campo educacional tem se ocupado com o problema da etnia, mas a questão estrutural não dá conta, a escola, embora consciente da

existência de preconceitos por parte do alunado, do corpo administrativo e até dela própria, parece negligente quanto a esse estado de depreciação, seja por não externar maiores inquietações com essa situação, se não mudar, pelo menos um movimento para reverter o grave problema da nossa sociedade, partindo da família até chegar à escola.

Há um empenho inclusivo para que, o sistema educacional encampe essa bandeira de luta. Inclusive os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN já tratam do pluralismo cultural e se faz necessário inserir a questão do afro-descendente no Brasil e considerando que esta é nossa bandeira, trabalhar a História da África e dos africanos, a luta no Brasil, a cultura negra e na formação da sociedade nacional, além da inclusão através de Lei, que o Governo Federal legitimou estabelecendo as diretrizes e base da educação nacional, tornando obrigatório aos currículos oficiais, o ensino da História e da Cultura Afro-brasileira, nos estabelecimentos de ensino fundamentais e médios, públicos e privados, incluindo também a institucionalização no calendário escolar, 20 de novembro como o Dia Nacional da Consciência Negra.

Este tema parece bastante preocupante, se considerarmos o papel de autoridade que o professor desempenha como mediador dos conhecimentos e valores que envolvam essa temática, ou como, mediador das relações e dos conflitos que se estabelecem entre alunos de diferentes origens raciais. Mais preocupante, são as conseqüências que tais acontecimentos e omissões possam vir a ter para a formação da identidade, da auto-estima da criança negra. Se o desenvolvimento da auto-estima é necessário para o desempenho de qualquer aluno, mais importante

será para o descendente negro, que terá de se deparar com uma sociedade em que é comumente desvalorizado, pois, existe um ideal de branqueamento, até mesmo na convivência negra, onde se assumir como negro muitas vezes implica um doloroso processo de aceitação dessa condição.

Fazendo uma retrospectiva da minha vida, tanto pessoal quanto profissional, percebi que, o ambiente familiar que cresci era bastante preconceituoso, em relação, ao tratamento atribuído às pessoas de pele negra. No entanto, fui percebendo que, no decorrer da minha vida profissional, em todas as instituições escolares e de formação das quais trabalhei, tanto no ensino fundamental como no médio presenciei expressões de descaso em relação às pessoas de pele negra, que causa espanto por existir ainda nos dias atuais.

Atualmente onde trabalho como professora da Escola Normal Estadual "José de Paiva Gadelha" na cidade de Sousa, não é diferente, em pleno século XXI, considerada a "era do conhecimento", ainda perpetua atitudes preconceituosas, onde poderia fazer diferente, por se tratar de um ambiente de Formação de Professores e que ainda não é uma prática habitual uma discussão acerca desta temática no ambiente escolar.

Em torno de um ano, a Escola em que trabalho foi procurada por um militante do Movimento Negro da cidade de Sousa PB, com o intuito de desenvolver um projeto com os futuros profissionais da educação com a questão do afro-descendente. Percebi que era o momento oportuno para elencar reflexões acerca desta temática tão polêmica, mais necessária. Foi neste contato que decidi investir neste tema do

afro-descendente na Formação de Professores, como embasamento para estudo e desenvolvimento deste trabalho, onde tentei contribuir para um mundo melhor, respeitando as diversidades.

Diante do desafio que foi imposto, optei por inserir a questão do afro-descendente na formação profissional do futuro educador, já que, não tive a oportunidade de ser preparada ou estimulada para esta temática.

Desse modo, sentimos a necessidade urgente de desenvolver a temática do afro-descendente na formação de professores na Escola Normal Estadual “José de Paiva Gadelha”, situada na Rua José de Paiva Gadelha, 138, no Bairro Gato Preto, na cidade de Sousa-Paraíba, com os alunos do terceiro ano da modalidade Normal, que conviverão com situações constrangedoras, em sala de aula trabalhando com seus alunos a descendência negra, e que estes sejam capazes de desenvolver com mais compromisso e competência a superação do preconceito e da estigmatização. Para que estes sejam estimulados a procurar informações através de leitura, cursos, palestras ou contato com instituição que as estudam, inclusive às ligadas ao Movimento Negro, onde podem encontrar subsídios valiosos para o professor, como também, estar atento às ocorrências de discriminação no relacionamento entre alunos, no material didático, na mídia, na sociedade em geral, utilizando esses acontecimentos para refletir sobre o assunto e, sobretudo, para transmitir informações que possam levá-los a desenvolver uma postura aberta perante as diferenças, seja de “raça”, religião ou cultura.

Desta forma, os questionamentos que estruturaram este trabalho, foram:

_ Como desenvolver a questão do afro-descendente na escola, incluindo esta temática na formação docente?

_ Por onde começar a abordagem deste tema? (através de questionários?, apresentação da proposta para apreciação?, dramatização?, palestra,...)

_ Até que ponto esses acontecimentos se relacionam com a formação que os professores recebem?

Portanto, o presente trabalho está organizado da seguinte forma:

No primeiro capítulo fizemos um resgate histórico, que parte do início da colonização do Brasil, quando os fazendeiros foram em busca do negro africano para servir de escravo nas suas lavouras, ao chegarem aos portos eram comercializados como mercadorias. Em toda sua história os descendentes negros são vistos como pessoas sem cultura, sem história e que só serve para trabalhos braçais. No último século, apesar de importantes mudanças terem ocorrido e essa luta alcançado avanço significativo ainda é preciso ser feito, pois as mudanças não foram suficientes para equacionar as desigualdades e a opressão sentidas e vivenciadas em todas as classes sociais, raças e religiões. O Movimento Negro Nacional é um exemplo de luta, que vem em busca do reconhecimento dos direitos à igualdade e à liberdade, partindo da inclusão nos currículos escolares, que se tornou direito garantido por lei.

No segundo capítulo trata da negação da criança negra nos mais variados meios, partindo da família sem preparo para com os filhos, estes ao enfrentar uma situação de desagravo quanto à cor de sua pele, não saberão resolver, criando uma situação constrangedora, que ficará profundas cicatrizes.

No terceiro capítulo aborda a questão do afro-descendente dentro do universo escolar, onde docente encontra diversidade entre o alunado, que estabelece suas nuances mediante diferenças sócio-econômicas, culturais, etnias, gênero, entre outras.

No quarto capítulo trabalhamos com produções textuais e desenhos as concepções dos educandos, quanto à questão do afro-descendente na sala de aula e como também, a formação docente, onde percebemos a ansiedade, desânimo e descrédito na sociedade brasileira, especificamente o setor da educação, que para tratar a raça negra como ser humano, é preciso leis para reparar os danos obrigando as instituições escolares a incluírem no seu currículo mudanças quanto a esta questão. Na verdade é uma questão humana.

No quinto capítulo foi colocada em pauta, à proposta do estágio e as atividades para serem apreciadas pela turma e ao ser analisada demos continuidade ao nosso trabalho. Utilizamos material do kit “A cor da cultura” e outros, onde tratava sobre as raízes africanas, a construção da identidade, a questão da igualdade de tratamento e a Lei 10.369 na sala de aula, que foi desenvolvida com muito empenho e entusiasmo. Percebemos que houve uma mudança de concepção do primeiro momento das produções textuais como ênfase para continuidade desta temática.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A parte do presente estudo buscou-se elucidar a posição do afro-descendente no contexto educacional brasileiro, tendo em vista que, a investigação científica propicia ampliar o leque de conhecimento existente, de forma a ratificar ou gerar novos conceitos que venham fazer possíveis posicionamentos e soluções a referida temática.

A metodologia utilizada no referido trabalho desenvolveu-se a partir de vários momentos. No primeiro momento, organizamos uma reunião com um membro do Movimento Negro da cidade de Sousa. Na aula inaugural, foi realizada a explanação sobre o Projeto "Escola Plural", tendo em vista que oferece Modalidade Normal, preparando o professor para selecionar nas séries iniciais. Percebemos que era um momento oportuno para desenvolver a questão do afro-descendente na escola, incluindo esta temática na formação docente do futuro educador.

No primeiro momento, o expositor apresentou a proposta de trabalho, ofereceu todo acervo do Movimento Negro para pesquisas. A Escola Normal, logo após sua fala e de outras pessoas curiosas no assunto como: alunos, professores e convidados, finalizam este momento com a exibição de um vídeo "Quando o crioulo dança".

Logo após a aula inaugural na Escola, trabalhamos com produções de textos com todas as turmas, incluindo nas atividades do estágio onde desenvolvemos com a turma do 3º ano "A", turno manhã da modalidade normal, na qual lecionamos a disciplina Educação Infantil, esta sala de aula continha 10 alunos e utilizamos como

instrumento de dados as produções textuais que foram analisadas a luz das citações dos estudiosos da área, a cada encontro utilizávamos filme da coleção “A cor da Cultura” que foi trabalhado e debatido com a turma, uso-se desenhos para demonstrar como eles viam o continente africano e percebemos o quanto tinha idéias errôneas, produção do mapa do Continente africano. Depois deste trabalho desenvolvido em sala, jamais o seu ponto de vista o mesmo.

CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA NORMAL “JOSÉ DE PAIVA GADELHA” – CAMPO DE PESQUISA.

Como já foi mencionada, esta proposta foi desenvolvida na Escola Estadual Normal “José de Paiva Gadelha”, a referida escola foi fundada em 05 de abril de 1982, no governo de Tarcisio Miranda Buriti, neste ano foram matriculados 93 alunos em três turnos, no curso normal pedagógico.

Antes da nomeação do primeiro diretor, teve como administradora provisória Maria das Dores Gadelha, de março a setembro de 1982, tinha 15 professores e 02 funcionários, no mesmo ano Maria Luiza da Conceição Rocha foi nomeada como a primeira diretora da escola.

A resolução de nº 74/86 reconheceu a Escola Normal, no dia 06 de março de 1986., e foi autorizada a funcionar no dia 15 de julho de 1984, ano que se formou a primeira turma concluinte.

O benefício que o curso trouxe para as cidades próximas da grande Sousa, é a formação de professores de 1ª a 4ª série da 1ª fase, que durava 03 (três) anos. Em 2002, houve uma mudança na matriz curricular, que antes era curso Normal Pedagógico, hoje é curso Médio Modalidade Normal, com duração de 04 (quatro) anos. Na escola tem o Ensino Fundamental II, que iniciou em 2002, com 207 alunos e no Normal com 262 alunos.

O perfil da Escola Normal desde a sua fundação historicamente falando, esteve sob a administração dos seguintes gestores:

Maria Luiza da Conceição Soares Rocha -1982 a 1986.

Jairo Torres Ribeiro – 1986 a janeiro de 1991.

Raquel Barbosa Lopes da Silveira – 1991 a outubro de 1992.

Jairo Torres Ribeiro – 1993 a outubro de 1995.

Maria das Graças Cavalcante – 1995 a dezembro de 2004.

Isabel Abrantes Leite – fevereiro de 1995 a dezembro do mesmo ano.

Maria das Graças Cavalcante – janeiro de 2005 até os dias de hoje. Escolhidas através de eleição, contando com as vice-diretoras: Antonia Pedrosa Formiga e Maria da Paz Mesquita Filha.

Portanto o compromisso dos gestores deve ser sempre um requisito para as transformações que se fazem necessárias na educação e na escola, como obrigação, sacrifício, bondade, paciência e sabedoria.

O corpo docente da Escola Normal conta com 37 professores: 28 com curso superior 08 cursando.

No aspecto humano, esta Escola já conta com grande número de professores devidamente qualificado e outros já se qualificando, tem como objetivo comum e há tentativas muito grande de adotar uma sistemática de trabalho que permite a implementação gradativa da Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996 – LDB que estabelece a organização dos professores é feita de acordo com a disciplina estabelecida pela matriz curricular.

O corpo discente é constituído de todos os alunos devidamente matriculados neste estabelecimento de Ensino.

Existe dentro do complexo da Escola Normal, o Laboratório de Ciências que foi fundado em 1996, considerando por estado, um dos melhores diante a riqueza de material produzido pelos alunos sob a coordenação da professora Geralda Pinheiro Abrantes (Rosinha).

Na ação pedagógica temos um supervisor que coordena e facilita a organização e o bo, funcionamento de todos os trabalhos da Escola.

Temos também o Conselho da Escola que desenvolve um trabalho brilhante e atua com muita eficiência, temos a Oficina Pedagógica da Escola que foi criada em 1996. Contamos ainda com 01 (uma) secretária, 02 (dois) subsecretários, 08 (oito) auxiliares de administração, 03 (três) merendeiras, 02 (dois) digitadores, 01 (um) vigia, 05 (cinco) auxiliares de disciplina, 05 (cinco) auxiliares de serviços, 03 (três) bibliotecárias, todos envolvidos com tarefas onde desempenhavam um trabalho altura das necessidades da Escola.

Na Escola comemoramos a Semana Pedagógica todos os anos, que é um evento singular atendendo todas as áreas, inclusive a Modalidade Normal, que tem uma participação especial, no que se refere ao curso, com todas as produções do ano.

A Escola Normal conta com uma área de construção de um. 199.47 m², no momento esta havendo uma ampliação com uma área correspondente de 262.10 m², com 02 (duas) salas e um espaço para recreação, consta ainda com um espaço enorme para uma futura jardinagem.

CAPÍTULO I

RESGATE HISTÓRICO

No início da colonização do Brasil, não existia mão-de-obra para a realização de trabalhos manuais, utilizou-se o trabalho dos índios, quando os religiosos se colocaram em defesa dos índios condenando sua escravidão. Com isso, os portugueses foram buscar os negros na África para submetê-los ao trabalho escravo em sua colônia. Originou-se, assim, a entrada dos escravos no Brasil.

Os negros foram transportados dentro dos porões dos navios negreiros, entretanto, sobreviveram devido às péssimas condições de transporte, os que conseguiram sobreviver, ao desembarcarem nos portos, eram comercializados por fazendeiros e senhores de engenho.

Esta prática de comércio era considerada "normal" do ponto de vista da maioria, pois havia aqueles que eram contra este tipo de abuso, como os abolicionistas, que eram grupos formados por literatos, políticos e pessoas do povo etc. Esta política de descaso durou quase 30 anos. A escravidão manteve-se por longo tempo devido à questão econômica, que contava com o trabalho escravo para realizar as tarefas da roça.

A partir de 1870, a região Sul do Brasil passou a empregar brasileiros e imigrantes estrangeiros; no Norte, as usinas substituíram os primitivos engenhos. Já nas principais cidades, o desejo do surgimento de indústrias e para não causar prejuízo

aos proprietários, o governo pressionado pela Inglaterra, foi alcançando seus objetivos aos poucos. Em 1850 surgiu o primeiro passo, com a extinção do tráfico negreiro. Vinte anos depois, foi declarado a Lei do Ventre-Livre (de 28 de setembro de 1850). Esta Lei tornava livres os filhos de escravos que a partir de sua promulgação. (Programa Nacional de Direitos Humanos-Brasil - Gênero e Raça: 1998).

Em 1885, foi aprovada a Lei Saraiva - Cotegipe ou dos Sexagenários que beneficiava os negros de mais de 65 anos. Mas somente em 13 de Maio de 1888, através da Lei-Áurea, que a liberdade finalmente foi alcançada pelos negros no Brasil. Esta Lei, assinada pela Princesa Isabel, abolia de vez a escravidão no Brasil. (idem: 1998).

A abolição tardou a acontecer, mas, com ela, nossos antepassados conquistaram a liberdade. Iniciou-se aí um outro ciclo que não correspondeu exatamente à conquista da cidadania plena. Hoje, ainda que nós, brasileiros, mantenhamos fortes laços afetivos com nossas origens culturais e históricas africanas, é também possível que haja um estranhamento quanto ao modo de vida e as expectativas da gente daquele continente.

Brasileiros e africanos poucos conhecem no que diz respeito as nossas produções, nossas organizações políticas, nossas línguas. Podemos imaginar que as ondas e os ventos do Atlântico nos motivaram para a resistência histórica à escravidão e exclusão social. E que os inexoráveis banhos desse oceano nos revigoram dia-a-dia para a luta pela liberdade e dignidade.

A luta dos negros brasileiros por liberdade fez com que se chegasse à Lei Caó. No mês de março em entrevista dada à revista Proposta, nº 76/1998, Abdias Nascimento nos informa que desde 1845 existiam projetos tentando enquadrar o Racismo como crime, e que a organização política dos Movimentos Negros já havia sido deflagrada. (Nascimento: 1998)

A Constituição da Frente Negra Brasileira marcou esse momento com o Movimento Negro, organizando-se politicamente, e, em setembro de 1931, dá-se a sua criação em São Paulo, tendo como principais fundadores: Arlindo Vieira dos Santos, Roque Antonio dos Santos entre outros. Tornou-se o maior movimento político negro dentro do país, com ramificações em outros estados.

Grande foi o embate com a sociedade, inclusive, muitas empregadoras não contratavam empregadas domésticas que participassem da Frente Negra. É importante lembrar que a questão do afro-brasileiro não era debatida pelos órgãos do governo: imperava a velha estratégia de impor invisibilidade ao negro, porém, através da ação de diversos grupos sua imagem se tornava pública. Assim, na década de 30 a Frente Negra brasileira tornou-se um partido político, e foi dissolvido juntamente com outros partidos com a implantação do Estado Novo no governo Getúlio Vargas.

No Brasil o quadro que se apresentava era de desrespeito aos direitos humanos, com práticas de torturas, expropriação que contemplasse os afro-descendentes no sentido da discriminação, do preconceito e, por conseguinte, o Racismo.

Os movimentos de libertação dos africanos, desde os fins da década de 50, também foram um grande estímulo para os afro-brasileiros, os quais mostravam a necessidade de conscientização e de auto-afirmação de uma identidade étnica.

O mais expressivo fruto das inquietações dos negros brasileiros é o Movimento Negro Unificado (MNU), criado em 1978. A criação do MNU foi uma resposta contra ações discriminatórias sofridos por meninos negros impedidos de continuarem freqüentando o Clube de Resgata Tietê, e contra a morte, sob tortura do trabalhador negro Robson Oliveira da Luz, no 44º Distrito Policial Guaiianazes.

Foi realizado um ato público de protesto nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo. Nessa concentração estiveram presentes aproximadamente três mil pessoas, dentre elas, negros importantes no cenário nacional: Hélio Santos, Neusa dos Santos, Artur Ramos e Clóvis Moura. O resultado desses movimentos sociais serviu para os afro-brasileiros reivindicarem e serem reconhecidos conseguindo se instalar nos governos tanto estadual como federal, ainda que em número restrito.

As reivindicações dos movimentos sociais e do movimento negro encontraram eco na voz do Deputado Federal Carlos Alberto de Oliveira Caó, o qual, como constituinte na Assembléia Nacional Constituinte, apresentou uma emenda requerendo que a prática do Racismo se constituísse crime inafiançável e imprescritível sujeito à pena de reclusão, de acordo com a Lei. A Constituinte de 1988 representou um verdadeiro marco no tratamento político-jurídico da temática

racial, como reflexo, inclusive do crescimento da atuação do Movimento Negro, historicamente falando. (Constituição da República Federativa do Brasil: 1998).

O Programa Nacional de Direitos Humanos – Brasil (1998) define discriminação como *o nome e que se dá para a conduta (ação ou omissão) que viola direitos das pessoas com base em critérios injustificados e injustos tais como raça, sexo, idade, opção religiosa* (p. 15). A discriminação seria a exteriorização do preconceito e do estereótipo. Já a discriminação racial estaria relacionada a preferências por raça, cor e etnia.

A Convenção da ONU, de 1996, estabeleceu o seguinte conceito para a discriminação racial:

qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferências baseadas em raças, cor, descendência ou origem nacional ou étnica, que tenha como objeto ou efeito anular ou restringir o reconhecimento, o gozo ou exercício, em condição de igualdade, dos direitos humanos e liberdades fundamentais no domínio político, social ou cultural, ou em qualquer outro domínio da vida pública". (Programa Nacional de Direitos Humanos: 1996, p. 12).

As discriminações raciais oficial, postas em lei até a algum tempo atrás como em alguns estados dos Estados Unidos e América do Sul, estabelece cordões de isolamento e delimita espaços diferentes para determinados grupos. No Brasil, a Constituição atual não prevê a discriminação por cor ou raça, mas, mesmo assim, pessoas de cor negra foram e ainda são – às vezes em estado de alerta. As formas mascaradas de discriminação racial constituem o tipo mais perverso de racismo, pois, a responsabilidade criminal fica sempre inviabilizada.

Em 2001 foi realizada pela ONU a III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância, em Durban, na África do Sul.

Um dos objetivos deste evento era formar uma nova visão mundial no combate ao racismo, ao preconceito e a intolerância.

A discriminação entre seres humanos com base em raça, cor ou origem étnica é uma ofensa à dignidade humana e será condenada como uma negação dos princípios da Carta das Nações Unidas, como uma violação dos direitos humanos, e liberdades fundamentais proclamadas na Declaração Universal de Direitos Humanos, como um obstáculo para relações amigáveis e pacíficas entre as nações, e como um fato capaz de perturbar a paz e a segurança entre os povos.

Diante de toda a injustiça, descaso do poder público para com os negros o Movimento Negro Nacional que já militava na luta para a inserção do Tema Transversal Pluralidade Cultural nos PCN's, onde representa uma conquista deste movimento. Esta luta surgiu no final da década de 70 e o início de 80, em plena ditadura militar, momento em que era considerada subversão falar sobre as problemáticas relações étnica existente no País.

Conforme informações do Ministério da Educação,

Os Parâmetros Curriculares Nacionais são resultados de um longo trabalho, que contou com a participação de muitos educadores brasileiros, tendo a marca de suas experiências e de seus estudos. Eles foram produzidos no contexto das discussões pedagógicas atuais. Inicialmente foram elaborados documentos, em versões preliminares, para ser analisados e debatidos por professores que atuam em diferentes graus de ensino, especialistas da educação e de outras áreas, além de instituições governamentais e não-governamentais. (2001)

Outra reivindicação do Movimento Negro é a inclusão da história da África, sabemos de todas as civilizações da Europa, suas guerras, sua formação enquanto continente latino-americano. Nossa ignorância acerca dos nossos vizinhos é enorme. Constantemente negamos a nossa identidade latino-americana, mas quando lemos um pouco da história, percebemos como elas se entrecruzam, como são semelhantes, quanto à história do continente africano, poucos sabem sobre o que lá aconteceu em qualquer período da história mundial. Desde 1978, que o Movimento Negro vem insistindo com o Ministério da Educação que “História da África” e “Cultura Afro-Brasileira” se tornem obrigatórios dos currículos escolares.

Como a sociedade brasileira é formada por diversas etnias, a pluralidade cultural é um tema especialmente importante. O desafio é respeitar os diferentes grupos e culturas que compõem o mosaico étnico brasileiro, incentivando o convívio dos diversos grupos e fazer dessa característica um fator de enriquecimento cultural.

CAPÍTULO II

NINGUÉM NASCE RACISTA!

O Brasil tem uma dívida muito grande para com os afros-descendentes, desde a origem da nossa história, que intensificou o tráfico de africanos, especificamente para o Nordeste, onde floresceu o cultivo de cana-de-açúcar, e muito fizeram para que os “Coronéis” permanecessem mais poderosos. Esta configuração continua presente na formação do povo brasileiro, em especial, o estigma do preconceito ligado à mão-de-obra escrava, não se resolveu com a abolição, onde foram abandonados à sua própria sorte, já que, a lei previa nenhum tipo de assistência ou reparação, e continuam a existir pessoas de pele negra como ocupando postos de trabalhos sem remuneração digna. Deste modo,

Não há como negar que o preconceito e a discriminação constituem um problema que afeta em maior grau a criança negra, visto que ela sofre, direta e cotidianamente, maus tratos, agressões e injustiças, que afetam a sua infância e comprometem todo o seu desenvolvimento. (Cavalleiro, pág. 98).

Segundo Cavalleiro (2003), a negação que a criança negra recebe dos mais variados meios, tais como: em uma sala de aula, o professor olha com expressão de descaso para uma criança negra. Outro caso comum, quando os pais das crianças brancas não admitem que seu filho (a) brinque nas comemorações escolares com crianças de pele escura. Partindo da linguagem não verbal como também as ações de injúria utilizada em todo seu processo de vida, marca profundamente o seu ego, deixando à margem do fracasso, da submissão e do

medo de enfrentar o branco, tornando-se excluída da sociedade, e tudo isso reflete, muitas vezes quanto a sua origem.

A princípio, os grupos homogêneos como a família, produzem uma cápsula protetora que faz o sujeito se sentir menos agredida, mas, ao entrar em contato com a outra realidade que não é a mesma, passará a gerar violentas atribuições dadas a sua diferença de cor. Desse modo, o momento em que estigmatizados e "normais" se encontram numa mesma situação social é o instante no qual se evidenciam todas as desigualdades, causando desconforto para ambas as partes. Nesse encontro, o preconceito parece tomar uma proporção ainda maior, e os estigmatizados sentem-se inseguros frente ao olhar do opressor, por não saber que atitude tomar diante de um desagravo. Seria como se fossem cruamente invadidos por avaliações estereotipadas que reduzem a sua identidade ao seu "defeito".

De modo geral, observamos que as populações negras foram consideradas no imaginário social como inferiores, sem cultura, seres primitivos, onde seus costumes e crenças desacreditados e considerados ilegítimos ao olhar do branco. Essa condição foi consolidada como naturalidade social dos grupos subordinados.

O preconceito afeta não apenas o destino externo das vítimas, mas a sua própria consciência, já que, o sujeito passa a se vê refletido na imagem preconceituosa apresentada. Muitos negros são induzidos a acreditar que sua condição inferior é decorrente de suas características pessoais, deixando de perceber os fatores externos, isto é, assumem a discriminação exercida pelo grupo dominante. Neste

momento, surge a idealização do negro, construindo-se a seguinte associação: “o que é branco é bonito e certo, o que é negro é feio e errado”.

Devido a esse processo de alienação de sua identidade individual e coletiva, há um distanciamento, por parte dos negros, das matrizes culturais africanas, chegando eles, em alguns momentos, a tratar com menos valor seus atributos negros, podendo, inclusive, não questionar os estereótipos e situações preconceituosas, com medo de não ser aceitos pelo seu grupo social, preferindo permanecer submisso ao branco. Ao incorporar esse discurso ou omitir-se frente a ele, o sujeito negro dá início ao processo de auto-exclusão. Neste momento, o preconceito cumpre o seu papel, mobilizando nas vítimas sentimento de fracasso e impotência, impedindo-as de desenvolver autoconfiança e auto-estima.

Essas manifestações de desigualdades de poderes e direitos não possuem uma origem natural, como foi pensado anteriormente, mas partiu de uma construção social sem base objetiva decorrente de representações ideológicas que englobam crenças e valores de um grupo dominante que busca manter a ordem social ou ideal do athos branco. Seu objetivo é sustentar as relações assimétricas e monopolizar as idéias e ações de um determinado grupo, mantendo-o preso pelo dominado grupo, falseando a realidade, ocultando contradições reais, construindo no plano imaginário um discurso aparentemente coerente e a favor da unidade social. Parece haver interesse na transmissão de uma ideologia inferiorizadora, que objetiva dominar, dividir, eliminar, desculturalizar, embranquecer, perpetuando mitos e estereótipos negativos referentes à população negra. (Espí, 2006).

A consequência desses atos discriminatórios é a fragilização e a negação da identidade coletiva, na qual estão contidos toda uma historicidade e valores culturais. Essa apropriação do discurso social é possível, pois a estrutura subjetiva-identidade é relacional, formada a partir da relação progressiva e dialética entre “eu” e os “outros”. O referencial externo passa a ser condição fundamental para a elaboração da imagem individual. A nossa identidade responde ao discurso alheio. O entendimento que tem consigo estar diretamente ligado à compreensão do outro, algo que está fora, mas, ao mesmo tempo, fornece condições para que o sujeito exista. (Idem: 2006).

Neste sentido, a construção da identidade, assim como na sua manutenção, se constituirá dentro do processo social, quando o olhar do outro poderá ou não proporcionar o reconhecimento ou sentimento de pertença ao grupo social.

Os negros se vêem descartados dos principais centros de decisão política e econômica, sofrendo desvantagens no processo competitivo e em sua mobilização social e individual. Isso significa “simbolicamente” um corte de poder e uma exclusão social, levando à alienação e à depreciação da identidade pessoal e étnica.

Essas elaborações preconceituosas parecem estar a serviço de um grupo dominante que objetiva manter sob coerção grupos considerados subordinados. A sua forma de consolidação e constante atualização ocorre nos espaços micro-sociais, representados pelas diversas instituições, como escola, família, igreja, meios de comunicação. A sua forma de manifestação, em geral, é feita de modo

sutil, com toda a legitimação social no que se refere aos métodos e à garantia da sua consequência eficaz. (Benjamin, 2003)

Em todos os grupos humanos, é possível observar a utilização dos meios pedagógicos como forma de transmissão do saber, por meios dos quais os sujeitos compartilham conhecimentos, símbolos e valores. Em sociedades "modernas", criou-se uma sistematização desse saber, nas quais mediante modelos formais e centralizados as informações são transmitidas. Acredita-se que essa seria a forma viável de adquirir polidez e desenvolver um conhecimento mais especializado. (Idem: 2003)

Mas até que ponto a escola estaria correspondendo a essa demanda? Que tipo de cidadão estaria sendo construído nesse espaço? Os professores estão preparados para lidar com as diferenças?

Particularmente, tenho tentado superar o estigma que trago desde minha infância, em que presenciava e ouvia as barbaridades acerca do preconceito, do racismo: na família, na escola, na comunidade, e ainda hoje me surpreendo, quando presencio cenas de desagravo a um negro em algum lugar na rua, ou mesmo um pedinte nas portas, alguns jovens negros sendo revistado pela polícia, temo que sejam maltratados. No local de trabalho, isto é na Escola Normal na cidade de Sousa não é diferente a disparidade que existe entre os não considerados negros. Neste momento devemos buscar um olhar crítico e reflexivo sobre esta questão que tanto me inquieta. Um dos pontos que me fez aceitar este desafio foi trabalhar a questão do afro-descendente com os futuros educadores.

CAPÍTULO III

A TEMÁTICA DO AFRO-DESCENDENTE NO COTIDIANO ESCOLAR

A sociedade brasileira caracteriza-se por uma pluralidade étnica, sendo este produto de um processo histórico que inserimos num mesmo cenário três grupos distintos: portugueses, índios e negros de origem africana. Essa diversidade favoreceu o intercuro dessas culturas, levando a construção de um país inegavelmente miscigenado.

Apesar deste intercuro cultural, esse contato desencadeou alguns desencontros. As diferenças se acentuaram, levando à formação de uma hierarquia de classes que deixava evidente a distancia e o prestígio social entre colonizadores. Os negros permaneceram em situação de desigualdade situando-se na marginalidade e exclusão social, sendo esta última compreendida por uma relação assimétrica em dimensões múltiplas – econômicas, política, cultural. Sem a assistência devida dos órgãos responsáveis, deixando-os alheios ao exercício da cidadania.

O cotidiano do descendente negro coloca-o frente à vivência de circunstâncias como preconceito, descrédito, evidenciando a sua difícil inclusão social. Sendo assim, buscamos por meio desse trabalho compreender como são construídas as relações éticas raciais em um espaço da superestrutura social do país, que é escola, ou seja, como a Instituição que contribui para a formação da identidade do afro-descendente.

O estudo da interface racismo e educação oferecem uma possibilidade de colocar num mesmo cenário a problematização de duas temáticas de inquestionável importância. Ao contemplarmos as relações raciais dentro do espaço escolar, questionamo-nos até que ponto a instituição está sendo coerente com a sua função social quando se propõe a ser um espaço que preserve as diversidades culturais, responsáveis pela promoção e valorização dos direitos de cada um. A escola é responsável pelo processo de socialização infantil no qual se estabelecem relações com crianças de diferentes núcleos familiares. Esse contato diversificado poderá fazer da escola primeiro espaço de vivência das tensões raciais.

A relação estabelecida entre crianças brancas e negras numa sala de aula pode acontecer de modo tenso, ou seja, segregando, excluindo, possibilitando que a criança negra adote em alguns momentos uma postura introvertida, por medo de ser rejeitada ou ridicularizada pelo seu social. O discurso do opressor pode ser incorporado por algumas crianças de modo maciço, passando então a se reconhecer dentro dele: "feia, preta, fedorenta, cabelo duro", iniciando um processo de desvalorização de seus atributos individuais, que interferem na construção da sua identidade de criança.

O cotidiano escolar demonstrar a (re) apresentação de imagens caricatas de crianças negras em cartazes ou textos didático, assim como os métodos e currículos aplicados, que parecem em partes atender ao padrão dominante, já que neles percebemos a falta de visibilidade e reconhecimento dos conteúdos que envolvem a questão negra.

Essas mensagens ideológicas tomam uma dimensão mais agravante ao pensarmos em quem são os receptores. São crianças em processo de desenvolvimento emocional, cognitivo e social, que podem incorporar mais facilmente as mensagens com conteúdos discriminatórios que permeiam as relações sociais, aos quais passam a atender os interesses da ideologia dominante, que objetiva consolidar a suposta inferioridade de determinados grupos. Dessa forma, compreendemos que a escola tanto pode ser um espaço de disseminação quanto um meio eficaz de diminuição do preconceito. Neste sentido,

Se o pesquisador for em busca do manifesto da discriminação racial, na escola, não a encontrará sob a forma de hostilidade explícita às crianças negras, tampouco sob a forma de repressão, mas lá estará enquanto "saber", enquanto discurso. (Gonçalves, 1987).

Convivemos com uma forma de racismo muito particular, o racismo à brasileira. Um racismo que convive com a mistura de etnias e que muitas vezes é confundido com as categorias preconceito e discriminação. Que se baseia na cultura, na cor da pele e nega a alteridade. Que ao longo do século passado ficou camuflado pela idéia da democracia racial: da convivência pacífica entre todas as pessoas, independente da cor da pele, no País das oportunidades para todas e todos, bastando esforço e garra pessoal. (Idem, 1987).

Neste sentido, foi oportuno indagar:

Como este problema brasileiro aparece na instituição escolar? Ou a escola se constitui ou um território livre do racismo? Consegue a educação contemplar as idéias racistas que permeiam a sociedade? Como seria esta educação? Quem faria parte desta educação? Não podemos esquecer que a instituição escolar é composta por pessoas que possuem idéias e conceitos. Professoras e professores,

funcionárias e funcionários e equipe diretiva não se despem dos seus conceitos antes de entrar na instituição escolar. E acreditar na existência de uma prática neutra é uma ingenuidade que persiste para muitas professoras e professores.

Desta forma,

(...) nessa concepção, a Escola seria supra social, não estando ligada a nenhuma classe social específica e servindo a todas indistintamente, assim, o educador desenvolveria uma atividade marcada pela neutralidade, não estando a serviço de nenhum grupo social, político, partidário etc. (Cortella, 1998, p. 133).

Para Freire seria impossível a existência de uma prática pedagógica neutra, sem tomada de posição, sem ruptura do sistema que só contribui para fomentar o preconceito racial, sem poder de decisão,

Não posso ser professor a favor de quem quer que seja e a favor de não importa o quê. Não posso ser professor a favor simplesmente do Homem ou da Humanidade, frase de uma vagüidade demasiado contrastante com a concretude da prática educativa. (Freire, 1996: p.115).

O que se espera de uma educadora ou de um educador é que seja contrario a todas as formas da discriminação, esse é um saber necessário para a prática educativa, *Faz parte (...) do pensar certo a rejeição mais decidida a qualquer forma de discriminação. A prática preconceituosa de raça, de gênero ofende a substantividade do ser Humano e nega radicalmente a democracia.* (idem, 1996, p. 39).

Isto nos remete aos currículos escolares com o objetivo de analisar e reparar o descaso em relação ao irmão negro, buscando destacar que não é meramente uma listagem de conteúdos ou uma especificação em documento que apresenta todos os objetivos, disciplinas, conteúdos e temas a serem tratados na escola. Um

currículo resulta de escolhas que devem levar em conta não apenas “o que” deve ser ensinado a “como” deve ser ensinado, O que levou a opção por estes e não por outros conhecimentos? Quais são os interesses que estão por trás dessas escolhas? Esses questionamentos podem ser o ponto de partida das reivindicações de mudanças curriculares feitas pelos movimentos sociais que tem por temática as questões étnicas-movimentos negros. Estes lutam há varias décadas pela inclusão da temática no currículo escolar brasileiro e o respeito pela diversidade cultural dos habitantes do país. Que resultados surgem a partir destas reivindicações? O que diz os Parâmetros Curriculares Nacionais acerca das questões étnicas? Onde se posicionam dentro das teorias curriculares as reivindicações do movimento negro sobre as mudanças no currículo das escolas?

Ao analisar o currículo escolar, os livros didáticos e paradidáticos deparam com um currículo voltado para uma concepção de mundo “eurocentrico” desvinculado de nossa realidade, constituindo-se assim, numa verdadeira camisa de força para os afro-brasileiros. Devido à forma como está estruturado este currículo, o aluno negro não encontra na escola nenhum referencial de identidade, seu mundo de cultura não é respeitado, não é considerado.

A outra saída, como é comumente propagado no meio popular, é “dançar conforme a música”, se render à cultura dominante, ao currículo eurocentrico, incorporando seus elementos e renegando tudo aquilo que faz parte da cultura dominada.

Partindo do ensino da verdadeira história do negro, bem como do estudo do continente africano e dos valores de seus povos, os quais fizeram parte da mistura

que constitui o povo brasileiro, e, de uma preocupação com a evasão da população negra infantil, haverá um respeito maior à criança e ao jovem negro.

Ao analisar um livro didático, se percebe que,

todos as vezes que se coloca a questão da cultura negra na escola, acaba-se caindo no folclore, no candomblé folclorizado, no negro dançando capoeira. Por outro lado, sabemos que apesar das barreiras que existem, a cultura negra é prevalente na sociedade brasileira. Entretanto, há uma completa ignorância da história do negro africano e brasileiro. Esse desconhecimento de nossa importância política, econômica e social é que faz com que um massacre da nossa identidade. (Silva, 1987, p.70)

Diante de um currículo onde são valorizados os conhecimentos do "outro", desvalorizados os conhecimentos e a cultura construída a partir dos seus antepassados e onde pouco se sabe da sua história, o Movimento Negro denuncia a escola como um espaço de negação da identidade afro brasileira. A criança negra, por toda uma condição imposta pelos padrões europeus, possui baixa auto-imagem, que poderá ser no futuro um adulto com graves problemas pessoais. É necessário trabalhar para desenvolver sua auto-estima para que se torne um adulto realizado.

Desenvolvidos com base na reformulação curricular na Espanha no início da década de 90, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) são constituídos por Áreas Tradicionais e por Temas Transversais que teriam por objetivo a discussão das questões sociais no currículo.

Esses temas envolvem um aprender sobre a realidade, na realidade e da realidade, destinando-se também a um intervir na realidade para transformá-la, trazendo para

a escola as discussões sobre as desigualdades, os direitos humanos, os direitos e deveres sociais, os valores, a educação moral, os compromissos éticos, a valorização da cidadania, a consciência ambiental, etc. Enfim, esperamos que esses temas levem a escola a ter uma proposta mais humanista, menos tecnicista e arraigada no tradicionalismo conteudista, abrindo espaço para saberes extra-escolares. Na verdade, os Temas Transversais prestam-se de modo muito especial para levar à prática a concepção de formação integral da pessoa, pois transformar alunos em cidadãos é realmente um desafio.

Buscando uma breve descrição do currículo que fala sobre Pluralidade Cultural podemos afirmar que a mistura de culturas presentes no país, conseqüências das constantes imigrações, é considerado um exemplo a ser seguido por todos os Países para superações de fronteiras e de construção das relações de confiança na humanidade.

A educação pode cooperar para a modificação da atual situação promovendo processos, conhecimentos e atividades anti-discriminatórios. Ao longo da história do País houve governos ditatórios que buscavam uma homogeneidade cultural a fim de se construir um espírito de Nação. Para alcançar este objetivo a escola foi utilizada como instrumento para assimilação da população imigrada, difusão do ideal de embranquecimento e democracia racial e homogeneização das culturas indígenas.

Na escola são encontradas: profundas práticas culturais e históricas que reiteram as exclusões existentes no País, *teorias que deslocam a responsabilidade da nossa*

escola para o aluno e currículos e formação de profissionais insuficiente. (Brasil, Secretaria da Educação Fundamental, 1997 a, p.33).

Ao realizar a leitura dos PCN, especificamente a temática, Pluralismo Cultural nota que por ser um documento oficial existe um reforço do mito da democracia racial. Em muitos momentos se faz menção ao mito, mas não o conceitua e nas entrelinhas do discurso o encontramos ao enfatizar que todos são iguais perante a lei nacional.

Infelizmente ensinar este conceito às crianças e os futuros profissionais da educação não são garantia na situação em que se encontra o País onde a desgentificação (Freire, 2000) estão presentes.

A concepção de uma igualdade puramente formal, ou seja, com base apenas na Lei está sendo questionada, pois contribui para aumentar as desigualdades. Neste contexto, não podemos deixar de destacar as ações e políticas afirmativas, que vem sendo adotadas desde o Programa Nacional de Direitos Humanos de 1995. No ordenamento jurídico brasileiro, como exemplo de modalidade de ação afirmativa, podemos citar as Leis nºs 100 / 95 e 9.504 / 97, que estabeleceram cotas mínimas de candidatas mulheres para as eleições. Outro exemplo está no art. 37, VII, da Constituição Federal, e nas Leis nºs 7. 835 / 89 e 8. 112 / 90, que regulamentaram o dispositivo constitucional referido, no qual há reservas de vagas em concurso público para os portadores de deficiência física. Cabe destacar, como mais uma forma de Ação afirmativa, o que contém a Lei nº 10.173 / 01, na qual se deu

prioridade de tramitação aos procedimentos judiciais onde figure como parte, pessoas com idade igual ou superior a sessenta e cinco anos.

Na área da educação, temos a oportunidade para o debate sobre as ações afirmativas, hoje na ordem do dia, sobretudo na forma de políticas de ações, introduzidas em algumas instituições de ensino superior e órgãos públicos. Oscilações e aparentes contradições nas respostas ao tema das cotas, em parte ao saber da formulação das perguntas, parecem justamente expressar a abulição do processo de formação de opinião em curso.

No entanto, quando a pergunta se restringe à reserva de vagas nas universidades, e oferece outras alternativas, o apoio a cotas para estudantes oriundos das escolas públicas, independentemente da cor ou raça, prevalece (59% a 14%) em relação à reserva de vagas para estudantes negros (22% se opõem a qualquer tipo de cotas) – com taxas praticamente idênticas em todos os grupos raciais. Ainda que a alternativa escolhida pela maioria também seja focal (para estudante de família com menor renda) e contemple assim, de alguma forma, maior participação de negros nas universidades, é algo diferente de haver cotas específicas para eles.

Ação Afirmativa é o reconhecimento de que o princípio da igualdade de todos perante a lei é insuficiente para garantir a plena cidadania. Neste sentido, Joaquim Barbosa Gomes nos dá uma definição de ação afirmativa:

Um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidos com vista ao combate à discriminação racial, de gênero e de origem nacional, bem como para corrigir os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo

por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação e o emprego. (Gomes, 2001: p.40).

As primeiras experiências de ações afirmativas surgiram nos Estados Unidos, em 1963, editando-se a lei sobre igualdade de salário, em 1964, referente a direitos civis, e a lei a respeito da igualdade de oportunidade no emprego, em 1972. O termo, também, surgiu nos Estados Unidos, no pós-guerra, já na década de 1960, quando as sociedades ocidentais cobravam a presença de critérios mais justo na reestruturação dos Estados de Direito.

No campo da educação, os primeiros programas de ação afirmativa foram postos em prática no início dos anos 60, logo após o Presidente Kennedy haver determinado, através de decreto executivo, que fossem tomadas medidas positivas no sentido de promover a inserção dos negros no sistema educacional de igualdade, historicamente reservado às pessoas de raça branca.

No caso brasileiro, a expressão "ação afirmativa" alcança não apenas os afro-brasileiros, mas todos os segmentos sociais historicamente discriminados e atualmente excluídos, como já vimos. Vale lembrar ainda, que as chamadas ações e políticas afirmativas são consideradas discriminação positiva, pela finalidade de inclusão social dos segmentos historicamente excluídos.

Enfim, a síntese divulgada pelo IBGE, em 2003, confirmava que a desigualdade é característica histórica da sociedade brasileira, mas nos últimos anos a violência e a corrupção, em todos níveis, estão presentes no contexto das desigualdades sociais. Percebe-se, por um lado, que as ações políticas afirmativas ou compensatórias, que

sejam de iniciativa institucional pública ou privada, principalmente na educação e no trabalho, podem contribuir para diminuir as desigualdades. Por outro lado, é fundamental a participação da sociedade, não só reconhecendo a existência das desigualdades sociais, mas, sobretudo exigindo medidas do poder público no combate a corrupção e a violência. Essas mudanças de concepções ou de atitudes por parte da sociedade e do Estado, que tem a dignidade da pessoa humana como referência, certamente vão contribuir para diminuir a discriminação e o preconceito na sociedade brasileira.

CAPÍTULO IV

AFRO-DESCENDÊNCIA NA PERSPECTIVA DOS ALUNOS

Se a realidade é dinâmica e contraditória, a análise de dados de uma pesquisa, ou seja, a produção de novos conhecimentos não pode ser neutra. Assim, um trabalho acadêmico exige um estudo sistemático, nos conceitos e nos métodos baseados numa determinada perspectiva.

Considerando essas exigências teóricas e críticas, os dados desta pesquisa foram interpretados conforme a ótica que mais nos identificamos. Desse modo, pela semelhança do tipo de pesquisa, escolhemos para fazer a análise da produção de textos sobre o afro-descendente, racismo, preconceito na concepção das alunas do curso normal com a necessidade de difundir esta questão, deste modo apresentamos parte dos registros que se segue.

Na concepção da aluna "A" diz o seguinte:

Na África morreram, no passado, cerca de meio milhão de pessoas por doenças pulmonares, além das mortes provocadas pela fome, guerra e epidemias. No Brasil, é a parcela negra da população a mais duramente atingida pelo desmonte das políticas sociais e de saúde, pelo sistema de controle populacional, pelo desemprego crônico, pela fome e a violência do latifúndio, do aparato policial e dos grupos de extermínio. É negra a maioria de crianças que vivem nas ruas e de jovens assassinados nos centros urbanos.

A referida aluna, quando situa o negro na África com toda esta problemática no passado, percebe que na atualidade não tem mudado muito e nossos irmãos

continuam a margem do descaso em seu próprio berço, com semelhança descaso no Brasil, a população negra é a mais atingida na questão que envolve saúde, desemprego, fome, violência, educação especificamente para aqueles que não tem ou não teve a oportunidade de ascender na vida pelo simples fato por pertencer à raça negra, que para a sociedade é considerada “animal sem direito algum”, “sem alma”.

De acordo com Espí (2006), a população da África negra apresenta os piores indicadores sócio-econômicos do mundo. Enquanto nos países desenvolvidos a população morre, em média, com idade superior a 70 anos, nessa parte do mundo raramente a média de vida ultrapassa os 45 anos. Essa expectativa média de vida tão baixa é explicada por inúmeros fatores, tais como a manutenção, falta de assistência médica e ausência de saneamento básico.

A aluna “B”

As mulheres negras continuaram fazendo trabalhos serviços, como lavadeiras, copeiras, empregadas, que na época nunca faltou. Mas foi este trabalho que permitiu à mulher negra a manter sua contribuição e não houvesse absoluta desintegração das famílias.

A aluna ressalta a força da mulher negra na formação familiar, que é a base para a formação humana contribuindo para seguir em frente produzindo uma nova história, tirando do sofrimento força para continuar lutando por uma vida digna.

Alguns fatores tornam sujeitos de direitos diferenciados, ou de não-direitos, coisas de um passado muito próximo, é pelas raízes numa história e numa cultura que não são as mesmas das mulheres brancas, que as mulheres negras não se identifica

tanto com os estereótipos de fragilidade, submissão e de pendência associados à figura feminina.

Tempo passado, tempo presente, sempre teve que seguir, trabalhando ainda criança na luta árdua pela sobrevivência, tornando-as fortes, aprendendo a decidir sozinha e ocupar novos espaços.

Como Ferreira nos fala,

(...) por mais difícil que fosse a reconstrução de nossas vidas... em busca da luz, da consciência, das coisas e de nossa família, estávamos todos vivos e prontos para produzir uma nova história de vida onde aprendemos a ver, "com esforço", a realidade presente. Para nossa família foi uma época marcada por grandes sofrimentos, mas seguimos em frente. (In Vasconcelos 2003, p. 50)

No tocante a questão educacional, a aluna "C" acrescenta:

Na área educacional, segundo dados do IBGE, revelam que entre os brasileiros que contavam com carteira assinada mais ou menos 58% eram brancos e talvez 41% negro. Apesar de o Brasil tem 65 milhões de negros ou mais, há muitas injustiças contra eles. A maioria dos analfabetos são negros, dos menores salários, nas prisões, nas favelas e nos subempregos e são minoria nas faculdades.

A partir do depoimento acima esta aluna fala dos índices educacionais no Brasil, onde os dados nos mostram que independentemente da escolaridade, as taxas de desemprego nas metrópoles são sempre maiores entre os negros do que entre os não-negros.

Além disso, estudo do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese) mostra que os negros têm salários mais baixos, ocupando cargos mais vulneráveis e passam mais tempo procurando empregos.

Segundo Bianchi,

A disparidade de oportunidades entre trabalhadores qualificados e não qualificados vem-se acentuando e o conceito de qualificação é cada dia mais fugaz, (...). Para um país como o Brasil, com um nível educacional baixo, seja na universalização do acesso à educação ou no que se refere à qualidade e atualidade do que é ensinado, passou a ser estratégico refletir sobre a atualização da educação nas condições criadas pela globalização. (2000, p. 34).

Em relação a influencia dos afros-descendentes a aluna "D" sugere:

Os brasileiros precisam saber qual é a cara desse país, segundo os dados do governo, e entender que existe uma outra cara construída no decorrer dos anos com a força da capoeira, dos orixás, dos quilombos, com os ancestrais negros que inteligentemente quebraram os grilhões da escravidão e seus descendentes que ainda hoje lutam por dignidade. Ninguém deu ao povo negro liberdade, e sim o negro conquistou através do próprio corpo negro, e deu a esta nação a sua cor.

A referida aluna alerta para a questão de nós brasileiros, olharmos mais o negro como pessoa, na luta pela conquista de um novo espaço, com suas contribuições culturais, que foram eles que trouxeram consigo rituais de celebração, valores, linguagem, religiões, costumes, danças, a historia e a memória de seu povo, por meio da tradição oral, que foi e vem sendo transmitida, retransmitida e ressignificada.

Este exemplo de compromisso como bem Bianchi (2000), de modo distinto, mas, sempre de encontro com o "eu", para com o "outro" na busca da identidade, como também na cultura:

No Brasil, educadores como Anísio Teixeira, Paulo Freire, Darcy Ribeiro, dentre outros, são exemplos de compromisso com a incorporação dos excluídos à sociedade maior, a partir da escola/educação. Os três, de modo diversos, reconheciam o saber popular, a cultura, como um patrimônio a ser respeitado, tanto pelo conhecimento em si, como pela afirmação da identidade, necessária à valorização do educando para seu desempenho no aprendizado e na vida. Por outro lado, a cultura de origem funciona como um start para o acesso à cultura universal. (BIANCHI, p 55).

No que diz respeito ao tema: Racismo, a aluna "E" nos diz:

Infelizmente ainda existe o racismo no mundo em que vivemos, o racismo no Brasil é às vezes claramente demonstrada, outra disfarçada, vemos no cotidiano o racismo em forma de brincadeira inocente; por exemplo: nas creches do Brasil não existem bonecas negras para as crianças brancas brincarem.

Podemos verificar na relato da aluna, quando enfatiza o racismo de forma explícita ou não, como nas atividades das creches. Isto nos leva a reflexão sobre a dinâmica das relações raciais vivenciadas nesse espaço não pode mais ser protelada, em especial por todos (as) aqueles (as) que se consideram ou ocupam o posto de educador(a), temos que atentar para a reprodução desses problemas no cotidiano escolar.

Como afirma Espí,

Os alunos não-negros precisam desenvolver seu raciocínio, descobrindo que há, sim, igualmente entre ele e seu colega afro-descendente. Isto precisa ser trabalhado de forma consciente por parte de professores nas escolas e principalmente nas creches, porque é ambiente que se tem contato com outros, e que este outro não seja considerado diferente, as brincadeiras nas creches com bonecos (as) negros (as) ajudam a desmistificar desde muito cedo o racismo das crianças. (2006).

A aluna "F" fala o seguinte

Lembramo-nos sempre da origem africana dos escravos. Poucas vezes, contudo, perguntamo-nos sobre sua forma de existência na África. Na verdade, acabamos sendo devorados pela ideologia escravista que trata do negro como sendo "naturalmente" escravo ao contrário do índio. Ora, isso

ocorre porque o índio era visto em estado de liberdade, enquanto o negro, ao chegar aqui, já tinha passado pela experiência da captura, escravização, transporte através do mar e o conseqüente desenraizamento social.

Percebemos que a aluna acima relata o descaso que se tem sobre a questão da origem africana e isto se deve ao que é repassado nos currículos, que traz uma ideologia fabricada pelo interesse dos dominantes, difere aí a condição do índio. Os europeus quando aqui chegaram consideraram os índios inferiores querendo torná-los escravos, eles fugiam para o interior.

Como Teixeira nos afirma que,

A tematização sobre a África sempre foi sonegada ao campo do ensino das escolas brasileiras, devido a uma visão racista. A difusão de concepções de que a África não tinha passado, por uma historiografia de cunho positivista, foi responsável por idéias que foram hegemônicas durante anos e que contribuíram para sedimentar pensamento etnocêntricos e racistas que classificavam o africano, com exceção daquele do norte da África, como "selvagem" e incapaz de produzir História. (Teixeira, 2003).

Neste sentido, entendemos que a educação de um país não se consolida através de decisões políticas, dificultando seu verdadeiro sentido pedagógico. Porém, há questões relevantes quanto à discussão sobre o ensino da cultura africana e afro-descendente que vão de encontro às condições de vida e sobrevivência do povo de um país considerados a segunda nação com maioria da população negra do mundo. E isso acaba por implicar também decisões políticas que viabilizem a transformação de muitos paradigmas da nossa sociedade.

No que tange a população negra brasileira, a aluna "G" afirma que, *no Brasil, a maioria da população é negra, e a grande parte dela vive ainda nas periferias de todo o país, convivendo com a desigualdade social, o preconceito e a falta de trabalho, de oportunidade é muito grande.*

Conforme citação acima a aluna refere-se a uma realidade brasileira, onde a maior parte dos negros habita nas favelas sem muitas opções de vida, onde convive com total desigualdade social, a reprodução dessa situação impede as mobilidades sociais do negro, recebendo estes, rendimentos de trabalho inferiores pelo branco e sendo associadas a trabalhos menos qualificados, ocupando, principalmente, posições menores, em setores de menor status social. Através do preconceito, a mão-de-obra negra é direcionada para trabalhos domésticos e pesados. A sua cor de pele na maioria das vezes, é fator determinante, sobrepondo-se à sua competência ou formação.

Paulo Freire, em sua obra *Pedagogia da Autonomia* escreve:

Recentemente, ouvi um jovem operário num debate sobre a vida na favela, já que se fora o tempo em que ele tinha vergonha de ser favelado. 'Agora', dizia 'me orgulho de nós todos, companheiros e companheiras, do que temos feito através de nossa luta, de nossa organização. Não é o favelado que deve ter vergonha da condição de ser favelado mas quem, vivendo bem e fácil, nada faz para mudar a realidade que causa a favela. Aprendi isso com a luta'. No fundo, o discurso do jovem operário era a leitura nova que fazia de sua experiência social de favelado. Se ontem se culpava, agora se torna capaz de perceber que não era apenas responsabilidade sua se achar naquela condição. Mas, sobretudo se tornava capaz de perceber que a situação de favelado não é irrevogável. Sua luta foi mais importante na constituição de seu novo saber do que o discurso sectário do militante mecanicamente autoritário...faz parte do poder ideológico dominante a inculcação nos dominados da responsabilidade por sua situação. (FREIRE: 2001, p 29)

Sobre a tomada de consciência aluna "H" diz o seguinte:

O brasileiro desperta para uma consciência individual e grupal, possibilitando relações mais harmoniosas, respeitadas, independentemente de sua crença, de sua cor, não ao contrario, reconhecendo suas singularidades, se enriquece o "eu" do individuo e da sociedade brasileira.

A referida aluna indica novos caminhos para uma sociedade mais justa, esta relação só acontecerá se todos estiverem consciência de seu “eu”, de suas crenças, de sua cor, para que possam atingir o pleno envolvimento com o mundo lá fora, com a sociedade da qual faz parte.

Jamais coexistiram tantos instrumentos de defesa dos direitos individuais e coletivos, seja no plano nacional, seja no plano internacional. Nunca foi tão presente e consistente a consciência universal da importância dos direitos humanos.

Não há Estado que deixe de proclamar em sua Constituição o objetivo de promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza.

Esta proclamação convive em alto e bom som com a prática diária de condutas discriminatórias individuais e coletivas, muitos se inserindo na raiz de políticas públicas, ou constituindo de providências legais e administrativas.(SILVA,1998).

Em relação à inserção da cultura do afro-descendente no currículo escolar a aluna “I” diz que:

A cultura do afro-descendente, perpassa de geração a geração por um anonimato nos currículos escolares, observando-se apenas, alguns enfoques comemorativos, em vez de questionar, como é o caso da abolição da escravatura e raramente o dia da consciência negra, além disso, as disciplinas tendem a transmitir a contribuição tradicional do povo africano, como o candomblé, o ritmo, etc.

A aluna percebe que a cultura negra só é tratada ou vista nas comemorações escolares, não é um trabalho construído com um intuito de desenvolver um caráter

crítico dos alunos nas questões da cultura que recebemos, e que muito não a conhece, porque nas escolas tratam periodicamente.

Em razão disto, o currículo deve ser trabalhado com o cuidado para que se dê um sentido construtivo à participação dos diferentes grupos sociais e étnico-raciais na construção da nação brasileira, aos elos culturais e históricos.

Assim como,

Tais questões se consolidam ainda mais, em detrimento da ausência de um posicionamento crítico do professor frente a essa problemática, isto porque, os mesmos em sua formação, não recebem qualquer que seja, uma orientação nesse sentido. Desta forma, o docente assume a responsabilidade de uma sala de aula sem noções dos possíveis problemas a serem enfrentados, seja por meio de brincadeiras ou apelidos, seja pelo olhar ou pelos gestos, e até mesmo pela expectativa de rendimento do professor em relação ao aluno. A solução encontrada pelos mesmos para esses problemas emergentes parte, muitas vezes, do bom senso, na prática diária, independentemente de qualquer base pedagógica, ou quando não, a tendência é se ignorar o assunto. (SAVIANI, Demerval. 1996).

Ainda sobre a inserção da cultura do afro-descendência no espaço escolar, a aluna "J" ressalta: *O espaço escolar em consonância com as praticas pedagógicas, têm sustentado a discriminação racial através de suas omissões, ou simplesmente pelo ato de ignorar o problema.*

A aluna entende o ambiente escolar como um espaço de total ignorância ao descendente negro, cultuando mais e mais com descaso, a omissão do corpo docente (formadores de opinião) para a formação do cidadão crítico. É necessário ressaltar que os docentes aparecem como figuras principais no trato dessas questões, pois eles são produtores culturais envolvidos em operações de poder. Muito se discute, se escreve e se fala, mas não se tomam atitudes concretas.

Diante disso, torna-se necessário indagar até que ponto a escola, enquanto formadora de opinião, pode vir a contribuir para a democratização do pluralismo cultural, por meio de sua práxis educativa excludente, que vai de encontro com todo discurso da atual LDB (9394/96). (SAVIANI, Demerval. 1996).

A escola como ponto de partida para a democratização, é precisa avançar para um patamar mais abrangente, como a busca de um convívio baseado na alteridade e na aceitação do outro, com todas as suas diferenças.

Na aula inaugural do Projeto Escola Plural no dia 26 de julho de 2006, o professor Paulo Pereira membro e fundador do Movimento Negro do Município de Sousa, na sua fala, quando aborda a questão da identidade:

(...) é importante criarmos a compreensão para se viver à identidade, quando falamos em identidade, quando falamos de diferença, falamos em etnia, quando falamos em etnia, falamos em povo diferenciado pelo de estereotipo.

O Professor Paulo ressalta a questão da identidade, porque se faz necessário o professor ter esta compreensão, para poder entender de fato, o porque da identidade no nosso país é um problema sério, o que se passa na cabeça da criança, quando vê expressões de descaso por causa da cor, quando escuta palavras que exclui sua participação em eventos, ou até mesmo eliminação nas escolhas de pessoas “de boa aparência” para trabalhar, subtende que, precisa ser branco para ter mais oportunidade, e aí como fica o negro no Brasil? O negro que mora na periferia? E o negro que é intelectual? Nós temos uma dificuldade muito grande que é um vício próprio do mundo ocidental cristão, ou seja, tentar

homogeneizar tudo, tentar estabelecer identidade como uma coisa única para todo mundo.

Como nos fala Lopes:

Falar de identidade é falar sobre cada um de nós. Numa sociedade absolutamente contraditória como a nossa, que nega a existência do negro e que diz que para o negro existir tem de ser branco, já que negro, no Brasil, é educado para entender, muito cedo, que, para ser homem, ele deve ser branco, a identidade passa a ser um problema... É impossível se pensar a identidade do negro no Brasil como uma coisa única, uma. Nós temos de pensar em pluralidade, temos de pensar numa visão de identidade que se constrói numa sociedade absolutamente contraditória e sem identidade definida. Isto significa que, quando trabalhamos na construção de uma personalidade que nos define como pessoas, que digo onde é que eu estou, o que é que eu estou fazendo aqui, nós estamos construindo uma identidade para um país que também não tem cara, um país que também não tem personalidade própria. (LOPES. 1988)

Em outro momento Paulo Pereira (2006) diz o seguinte:

Quando nós morenos, chocolate, marrom bombom, mulato, dançamos, por que tudo isso é negro, não vamos nos enganar e achar que só é negro se for de lábios virado, de nariz achatado, bem, é isso que a gente ouve todos os dias, Eu sou negro, minha identidade é negra, mas para isso eu tive que buscar compreender a razão existencial do afro-descendente do meu país, foi preciso entender que, quando o crioulo dança, é quando não temos acesso a uma Universidade, quando ainda moramos nas senzalas chamadas favelas, quando nós vamos para o axé da Bahia, no samba do Rio de Janeiro, no maracatu do Recife, quando somos folcloristas, quando somos representados no bairro, só somos negros na hora do samba e não é verdade.

Pereira (2006) reforça para procurarmos nos identificar e buscarmos quebrar esses paradigmas que nos distância da nossa realidade em relação ao negro, construindo uma nova consciência, reeducando o olhar para ver além dos preconceitos e da ignorância.

Quando o professor fala da questão do biótipo, PAIXÃO (2006), diz o seguinte,

No Brasil vigora uma modalidade de preconceito entendido como de marca, em que a questão da origem racial de um indivíduo seria pouco relevante. Nesse caso, o preconceito e as formas correlatas de discriminação se reportaria à intensidade dos fenótipos de cada pessoa. Entre esses fenótipos, incluem-se: a tonalidade da pele, o tipo de cabelo e o formato de partes da face-nariz, boca etc. Destarte, considerando-se a inexistência de uma linha rígida de cor no Brasil, quanto mais próximas forem as características pessoais de um indivíduo em relação a um tipo negroíde, maior será a probabilidade de que essa pessoa venha a ser discriminada ao longo de seu ciclo de vida. Assim, o modelo brasileiro de relações raciais afeta especialmente as probabilidades de mobilidade social ascendente dos indivíduos dos distintos grupos de raça / cor da população.

Segundo Luz, *conhecer e saber, neste contexto, é experimentar, sentir, vivenciar. Não há separação estanque entre vivido e concebido, saber é fazer e fazer é saber. (1995:574).*

Devemos aprender e reaprender no nosso cotidiano com o que nos marca como brasileiros; a nossa diversidade cultural é um desafio, sobretudo quando sabemos da imperiosa necessidade anti-racista de não hierarquizarmos essa nossa pluralidade étnica.

Como afirma Siqueira (2004),

A população de ascendência africana no Brasil tem, portanto, suas formas de organização cultural, e através delas mantém viva parte da tradição trazida pelos africanos escravizados, desde os primeiros tempos do sistema colonial escravista, ocorrendo transformações na vida em sociedade. Essas formas de organização cultural no Brasil foram mantidas através de uma forte ligação com as raízes ancestrais vindas da África, e se manifestam através de traços da civilização africana aqui dinamicamente reelaborados, de uma cultura recriada a partir dessas bases da civilização originária e expressas nas práticas religiosas(...). (2004:68).

CAPÍTULO V

DISCUTINDO A TEMÁTICA AFRO-DESCENDENTE NA ESCOLA NORMAL

Iniciando a temática Afro-descendente e Formação Docente com a turma do 3º ano da Escola Normal Estadual “José de Paiva Gadelha” na cidade de Sousa, pudemos perceber a importância da proposta de trabalhar com os futuros profissionais da educação, um tema que aborda a questão do afro-descendente na escola, o resgate da raiz africana, a identidade negra, a igualdade de tratamento, a Lei 10369 na sala de aula, o trabalho tinha como proposta um conhecimento maior à cerca da temática, como lidar com a diversidade na sala de aula e reconhecer a importância do tema na Formação Docente.

Há muitos desafios a serem enfrentados quando se discutem relações raciais, mas a experiência tem revelado que, de fato, esse tema é um potente mobilizador de forças de emancipação e libertação.

O trabalho tem incorporado leituras, pesquisas, exercícios simulados e discussões que visam explorar também o impacto subjetivo do racismo, tanto sobre o opressor quanto sobre o oprimido.

No primeiro momento com a turma, falamos da necessidade do estágio da Universidade e expomos toda a proposta e quais os objetivos que desejávamos desenvolver, começamos da seguinte maneira:

As alunas foram instigadas a desenhar ou escrever algo sobre a África, ao desenvolver esta atividade uma aluna dizia que “o preconceito está dentro de nós”, “a imagem que é repassada sobre a África é de pura pobreza”.

No seu desenho está bem claro o negro na roça, a mulher com lata d'água na cabeça, grávida e com filhos a tira colo, trabalhando sempre na cozinha e morando em casebres na periferia.

O que a aluna disse é real no nosso dia-a-dia, quando afirma que o preconceito está dentro do próprio ser, não que nasça com este, mas é incutido em nossas mentes, precisamos vencer este estigma para podermos trabalhar com mais segurança, observar melhor o que é repassado sobre o continente africano, que é uma situação inaceitável, o desconhecimento total da contribuição que herdamos, a escola tem um papel fundamental na formação do cidadão, no que diz respeito à questão da luta pela sobrevivência, que perpetua até os dias atuais, difundindo assim a contribuição herdada por nós do povo africano, que também é nosso.

Contudo, é com o propósito de enfrentá-las e aprendermos com quem não quis mais constatar o sofrimento e se ergueu, e se ergue, “além da dor”, que precisamos transitar. Como diz Lima:

(...) Saber o que esse povo fez e faz, como se superou, como afirma positivamente a vida, que sabedoria carrega, como se organizou para esta aqui, a despeito de todo um processo de “embranquecimento” da população, que saberes construiu historicamente e como influenciou a humanidade.(Lima 2006)

Outra aluna se expressava com desenho representando destruição, poluição na agricultura, a mesma fazia um apelo para que os governantes invistam na educação,

para que tenhamos um futuro promissor, com mais dignidade e respeito, para podermos olhar, sentir, perceber o quanto crescemos como pessoa e como educador.

Cristóvão Buarque (2007) em uma entrevista para a revista *Agitação* falou, para que haja uma mudança na educação é necessário uma mobilização que atinja os professores, os alunos, pais e sociedade para construir a utopia possível neste momento- a - garantia da mesma chance para todos. E fazer com que todas as escolas do Brasil tenham a mesma qualidade. A escola da favela, ou do campo, seja equivalente à do condomínio da cidade. Todos os professores bem remunerados, desde que dedicados, competentes e ensinando numa escola bonita e bem equipada, de onde os jovens saiam do ensino médio preparados. Essa é a revolução possível.

No momento seguinte, trabalhamos o conteúdo do filme: *África no currículo escolar*, após a exibição, onde abordava várias que abordava várias questões, de como trabalhar com projetos nas escolas sobre os heróis negros, desenvolver a auto-estima das crianças negras e que a escola seja um espaço onde possa quebrar este paradigma do preconceito racial, mudança de concepções de novos valores, educar para a igualdade racial.

Os comentários das alunas foram de que, é um trabalho difícil de desenvolver, não que seja impossível, mas para que isto aconteça requer uma mudança em toda estrutura curricular, professores envolvidos e sensibilizados com a causa.

Como afirma Munanga (2006),

Considero um desafio desenvolver, na escola, novos espaços pedagógicos que propiciem a valorização das múltiplas identidades que integrem a identidade do povo brasileiro, por meio de um currículo que leve o aluno a reconhecer suas origens e a reconhecer como brasileiro. (p. 69).

Em um segundo momento com a turma, ao entrar na sala, sentimos o entusiasmo, trabalhamos uma atividade em que, entre 20 gravuras de pessoas diversas, teriam que escolher cinco selecionadas para trabalhar em uma empresa. O tema foi Igualdade de Tratamento e Oportunidade.

Na medida que retirava uma gravura, dizia o porque da escolha. A primeira aluna escolheu uma gravura de um homem sério, gosta do trabalho, mas quando é humilhado, não baixa a cabeça e faz gracinha para relevar o que disseram com ele. Veio à vez de um “carequinha”, é responsável, inteligente, pontual no serviço e a maneira de vestir mostra que é um bom cidadão. A mulher escolhida é simpática e sabe conversar sem magoar alguém, é humilde. Veio uma jovem, pontual e atende bem. Uma senhora que mostra ser capaz nas atividades, mas aparência com mais de 40 anos infelizmente no Brasil discriminam por acreditar não serem capazes de desenvolver bem uma tarefa.

Segunda aluna escolheu quatro pessoas de pele branca e somente uma de pele negra, a mesma falou que é a realidade do país, querem pessoas de “boa aparência”, mesmo que não use estas palavras, mas pede foto, “será que não é uma maneira camuflada da ‘boa aparência?’”

A terceira aluna escolheu entre os cinco, uma era de pele negra e qualificou que seria faxineira, por razão de responder exigências do mercado. A seguinte era um travestir, que não seria bem recomendado trabalhar neste setor, as demais eram bem consideradas "boas".

A terceira aluna apontou um homem bem trajado de paletó que seria um empresário. Tinha um jovem de músculos fortes que seria o segurança do patrão. Tinha uma gordinha "coitada", não atende o "padrão de exigência", dança na primeira eliminatória.

A quarta aluna suas fotos eram de pessoas negras por se identificar mais com pessoas de pele escura.

A quinta aluna selecionou uma mistura de raça e povos. Um moreno por considerar estudioso. Um branco com aspecto de nadador. Um oriental por achar bonito a sua cultura, seu estilo de vida. Uma mulher que seria capaz de ser uma empresaria que não ultrapassa o outro. Uma outra pessoa com seus quarenta e poucos anos, com aparência de boa saúde e que são capazes de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e humana.

Nos comentários das alunas sobre as escolhas das fotos, se percebe que o preconceito esta dentro de nós de uma maneira intensa se faz necessário tratamento com certa urgência para que possamos mudar esse quadro, que distancia o ser humano da essência da vida.

PAIXÃO (2006) diz o seguinte,

Não haveria motivos para que esse padrão de discriminação fosse considerado, em termos de juízo de valor, melhor ou pior do que o praticado em outras plagas. Toda forma de preconceito e discriminação racial, seja baseada nas origens, seja baseada na aparência física das pessoas, constitui um ato hediondo por si mesmo, devendo ser incessantemente combatido. p.24.

Assim também fala Gomes (2006),

No Brasil, (...), vemos que diversas opiniões e posturas racistas têm como base a aparência física para determiná-las como 'bons' ou 'ruins', 'competentes' ou 'incompetentes', 'racistas' ou 'emotivos'. Isso de fato é lamentável, mas infelizmente existe! Quem já não ouviu na sua experiência física, ou seja, cor da pele, tipo de cabelo, tipo de corpo, a um lugar de identidade? Aprendemos tudo isso na sociedade: família, escola, círculo de amizades, relacionamentos afetivos, trabalho, entre outros. A questão mais séria é (...) por que aprendemos a ver o outro, como inferior devido sua aparência e/ou atributos físicos? p.92.

No terceiro momento trabalhamos a questão da Identidade, História e Patrimônio, depois foram repassadas questões, em que cada um responderia, as perguntas ligadas a dados pessoais, por exemplo: Quem é você? Nome, filiação, naturalidade, data de nascimento, onde mora, a história do nome, com os pais se conheceram, a história do lugar onde nasceu, quando nasceu o que estava acontecendo no Brasil, sobre patrimônio cultural e histórico.

Cada uma respondeu de acordo com o seu tempo, seu modo de ver, de entender, deu para perceber que as respostas foram da seguinte maneira:

Na época do nascimento, não existiam computadores, celulares, telefone era "moda antiga", liquidificador, televisão, "eram peças de rico", moravam em ruas que continha muitas crianças, as brincadeiras eram melhores do que a de hoje, a cidade era menos violenta, os políticos eram mais dedicados à coisa pública, a época do

nascimento, não tem a menor idéia do que estava acontecendo, também nunca procurou saber, a história dos nomes, alguns porque a mãe tinha devoção por santos, outros em homenagem a antigos parentes, alguns, os padrinhos escolhiam, etc, algumas lembram que, quando crianças visitavam praças, igrejas, as musicas tocavam melhor aos ouvidos.

Hoje perceberam que deveria ter aproveitado mais as experiências que tiveram com todo seu passado, mas que esta atividade fez rebuscar um pouco a historia de vida de cada uma, a identidade como patrimônio histórico.

Como diz Santos (2006):

Mas não há motivo para desânimo. Façamos com Chico Rei e outros grandes mestres deste nosso mundo: tomemos as rédeas de nosso destino; trabalhem e esforcemos para conquistar as nossas liberdades; olhemos o nosso próximo com compaixão e, azeitados pelo amor e pelo perdão, sejamos ícones ou operários para a construção de uma nova ordem mundial, empenhada em elevar a humanidade à condição de uma grande família, onde se divide o pão e a paz a cada dia. (p. 30)

No quarto momento, assistimos a um vídeo que continha um debate sobre a Lei 10.639 na sala de aula.

As alunas após assistirem, ficaram com semblante de preocupação e disseram que as escolas não cumprem a Lei, os professores não estão preparados para desenvolver um trabalho deste na escola, se não qualificarem, “como será?” A lei, precisa ser executada, não é o caso de dizer: “acho que não sei trabalhar”, não papel de um só professor, os educadores precisam desenvolver trabalho de

pesquisa com eles e os alunos, e quanto ao salário? ter cuidado com os murais com negros, para não vitimá-los, murais com todas as raças, não precisa dia especial para negro, todos dias são especiais, a Lei 10369 é uma luta de resistência, porém agora implementar.

Percebemos a preocupação das alunas em tornar de fato a aplicação da Lei por parte da escola, porque já é de direito a implementação desta, quanto à questão da preparação do professor, com o currículo escolar, e para que aconteça uma transformação na educação, exige envolvimento, respeito e sensibilidade. Cabe a escola e todo corpo docente se prepararem para uma nova tarefa, que é estudar a história da África e do afro-descendente.

Assim como diz Ribeiro (2005):

O governo federal sancionou, em março de 2003, a Lei nº 10.639/03-MEC, que altera a LDB (Lei Diretrizes e Bases) e estabelece as Diretrizes Curriculares para a implementação da mesma. A 10.639 instituiu a obrigatoriedade do ensino da História da África e dos africanos no currículo escolar do ensino fundamental e médio. Essa decisão resgata historicamente a contribuição dos negros na construção e formação da sociedade brasileira. Criou, em 21 de março de 2003, a Seppir (Secretaria Estadual de Políticas de Promoção da Igualdade Racial) e instituiu a Política Nacional Promoção da Igualdade Racial. Desta forma, recolocou a questão racial na agenda nacional e a importância de se adotarem políticas públicas afirmativas de forma democrática, descentralizadas e transversal. O principal objetivo desses atos é promover alteração positiva na realidade vivenciada pela população negra e trilhar rumo a uma sociedade democrática, justa e igualitária, revertendo os perversos efeitos de séculos de preconceito, discriminação e racismo. (p. 8)

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Uma das funções da educação é a formação do cidadão crítico para o exercício da cidadania de forma consciente.

Nessa perspectiva, ela acaba aglutinando os processos formativos, que ocorrem na sociedade e que se consolidado diante da interação do discente com a família, além do mais, a educação constitui-se um mecanismo de interação na realidade social, de forma a preparar o aluno para assumir sua obrigação, e seus direitos sociais e políticos, assim como exercer sua liberdade independente da cor.

Reportando-nos ao espaço escolar e, considerando a temática, observa-se que as práticas pedagógicas têm sustentado a discriminação racial através de suas omissões, de sua manifestação racista ou simplesmente pelo ato de ignorar o problema.

Diante disso, torna-se necessário indagar até que ponto a escola, enquanto formadora de opinião, pode vir a contribuir para a democratização do pluralismo cultural, por meio de sua praxe educativa excludente, que vai de encontro com todo discurso da atual LDB (9. 394/96).

Atentos à importância do trabalho com a questão racial e com a responsabilidade social da escola na demonstração de estereótipos raciais, alguns estabelecimentos de ensino, sobretudo no setor público, já desenvolveram trabalhos e projetos voltados para a valorização da cultura negra. As escolas que percebem a

importância de um trabalho coordenado com a comunidade, os movimentos sociais, abrem as suas portas para um trabalho em conjunto. É nesse momento que a articulação entre os espaços escolares pode acontecer. Certamente, este trabalho que tratou da formação do profissional da educação influenciaram positivamente a construção da auto-estima e da identidade negra, ao futuro educador. É o que nos conta.

Pensamos que tais estudos poderão e deverão fazer parte dos processos de formação. A sua incorporação nos currículos e nos processos pedagógicos de formação docente faz parte de lutas e reivindicações históricas do movimento negro brasileiro que há anos demandado o ensino da história da África e da cultura afro-brasileira nos currículos escolares.

Atualmente, essa demanda já foi transformada em lei, a Lei 10. 639, de 09 de março de 2003, essa nova Lei inclui no currículo oficial dos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, públicos e particulares, a obrigatoriedade do ensino da "história e cultura afro-brasileira".

O primeiro parágrafo do artigo 26 da nova lei explicita que o conteúdo programático a ser desenvolvido pelas escolas no cumprimento da mesma deverá incluir o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação nacional, econômica e política pertinentes à história do Brasil.

Esse é mais um desafio proposto não só para os professores, mas também, para os centros de formação de professores. O que sabemos sobre história e cultura afro-brasileira? Como não reproduzir leituras e discussões estereotipadas sobre o negro e sua cultura? Que termos deveremos privilegiar dentro do vasto campo de estudo sobre a cultura afro-brasileira? A partir desta pesquisa novos questionamentos surgirão.

Entender a importância da simbologia do corpo do negro, a manipulação do cabelo e dos penteados usados pelos negros de hoje como formas de recriação e ressignificação cultural daquelas construídas pelos negros da diáspora poderá ser um bom tema de estudo e debate dentro da discussão sobre história e cultura afro-brasileira. Mas, para isso, será preciso que os educadores e conteudistas dialoguem com outras áreas, valorizem a produção cultural negra constituída em outros espaços sociais e políticos. Será preciso também ouvir e aprender as estratégias, práticas e acúmulos construídos pelo movimento negro. O campo de formação de professores deverá se abrir para dialogar com outros espaços em que negros constroem suas identidades. Muitas vezes, serão espaços considerados pouco convencionais pelo campo da educação.

O atual contexto de implementação da Lei 10.639 é um momento propício para a introdução no campo de formação de professores, quer seja inicial ou em serviço, de estudos e leituras sobre a relação corpo, cultura identidade negra. O desafio está colocado. Resta agora entendermos que mais do que um desafio, a discussão sobre raça negra e educação, nos seus múltiplos desdobramentos, é um dever dos

educadores e educadoras e também daqueles responsáveis pela condição dos processos de formação docente.

Nas estratégias de investigação procuramos obter o envolvimento dos atores. Assim, foi dada especial atenção à negociação do processo de pesquisa, com a preocupação de dar garantias de que todos os princípios éticos seriam respeitados.

Cabe a nós cultivar nossas diferenças, trocá-las com as outras que pertencem aos ditos "diferentes"; é nisso que consiste o verdadeiro trabalho com a diversidade cultural, e não em uma suposta convivência democrática e tranqüila entre os que transitam pelo cotidiano escolar.

A escola como um espaço de construção do saber, do conhecimento, da cultura, da identidade e do sujeito pode também transformar e subverter a prática que reproduz relação desigual de gênero.

Não podemos negar a contribuição deste estágio e deste estudo para a formação profissional, portanto, é necessário que se tenha um olhar voltado para o trato rotineiro que nós estamos dispensando nas situações discriminatórias e como estão interagindo com os diferentes grupos sociais que compõem a sala de aula.

Não como resultado final, mas como proposta da turma que desenvolvemos o estágio é que, precisamos aprofundar mais sobre a Lei, a qualificação do profissional, combater, divulgar a proposta e exigir que os demais professores

incluam no currículo a implementação da Lei 10.639 para formação do cidadão em defesa da raça e da vida.

REFERÊNCIAS

AGITAÇÃO: ano XII – nº 75 – mai/jun de 2007. p10. Cristóvão Buarque.

BENJAMIN, Roberto Emerson Câmara. **A África está em nós: história e cultura afro-brasileira**. João Pessoa, PB: Editora Grafset, 2005. 2. v.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual**. Brasília: MEC/SEF, 1997 a.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: MEC, 1998.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

_____. In: BRANDÃO, Ana Paula (Coord.). **Saberes e fazeres: modos de ver**. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2006. v.1, p. 82-93.

CORTELLA, Mario Sergio. **A escola e o conhecimento: fundamentos epistemológicos**. São Paulo: Cortez, 1998.

DECLARAÇÃO SOBRE A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO RACIAL, ONU, 1963.

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília-DF, junho, 2005.

ESPÍ, Pilar. **A resistência: 7ª série ensino fundamental**. São Paulo: ECBC – Editora e Centro de Negócios Educacionais Ltda, 2006. (História e Cultura Afro-Brasileiras, v.3)

_____. **A atualidade: 8ª série ensino fundamental**. São Paulo: ECBC – Editora e Centro de Negócios Educacionais Ltda, 2006. (História e Cultura Afro-Brasileiras, v.2)

FERREIRA, Juca. O projeto axé: histórias e desafios. In: REIS, A. M. B. (Org.). **Plantando Axé: uma proposta pedagógica**. São Paulo: Cortez, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários e políticos**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOMES, Joaquim B. Barbosa. **Ação afirmativa & princípio constitucional da igualdade: O Direito como instrumento de transformação social. A experiência dos EUA** - Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

GOMES, Nilma Lino. Apud p.92. In. ESPÍ, P. **As Culturas: 6ª série ensino fundamental**. São Paulo: ECBC – Editora e Centro de Negócios Educacionais Ltda, 2006. (História e cultura Afro-Brasileira).

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira. **Reflexão sobre a particularidade cultural na educação das crianças negras**. Cadernos de Pesquisa nº. 63, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1987. p. 27-29.

LIMA, Mônica. Como os tantãs na folresta. In: BRANDÃO, A. P. (Coord.). **Saberes e fazeres: modos de ver**. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2006. v.1, p. 40-48.

LOPES, Helena Theodoro, *Jornal Minas Gerais – Suplemento Literário*, nº. 1098, sábado, 7 de maio, p. 4 (trecho).

LUZ, Marco Aurélio. **Agadá – Dinâmica da Civilização Africano-Brasileira**. Salvador: UFBA/Sociedade de Estudos da Cultura Negra no Brasil, 1995.

MATTOS, Hebe Maria. **Escravidão e cidadania na Brasil Monárquico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2000.

MUNANGA, Kabengele (Org.). O Direito à diferença. In: _____. **Superando o racismo na escola**. 2.ed. rev. [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

PAIXÃO, Marcelo. A cor da cultura. In: BRANDÃO, A. P. (Coord.). **Saberes e fazeres: modos de ver**. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2006. v.1, p. 21-35.

_____. Desigualdade nas questões racial e social. In: BRANDÃO, A. P. (Coord.). **Saberes e fazeres: modos de ver.** Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2006. v.1, p. 21-35.

Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural: orientação sexual / Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental 3. ed Brasília: A Secretaria, 2001.

PROGRAMA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS. Brasília: Presidência da República, Secretaria de Comunicação Social, Ministério da Justiça, 1996.

PROGRAMA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS - BRASIL. **Gênero e Raça: todos pela igualdade de oportunidades:** Brasília: MTb-a., Acessória Internacional, 1998.

PROPOSTA - Revista trimestral de debate da FASE, ano 27, nº. 76, mar/mai, 1998.

REGO, Teresa Cristina (Coord.); FARACO, Carlos Emílio et al. **Ofício de professor: aprender mais para ensinar melhor:** Programa de Educação a Distância para professores de 5 a 8 séries e ensino médio. São Paulo: Fundação Victor Civita, 2004.

SANTOS, Marcelo Camargo. A história da Chico Rei. In: ESPÍ, P. **As Culturas: 6ª série ensino fundamental.** São Paulo: ECBC – Editora e Centro de Negócios Educacionais Ltda, 2006. (História e cultura Afro-Brasileira).

SILVA, Ana Célia da. **Debate – currículo propostas e experiências de implantação.** Cadernos de Pesquisa nº. 63, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1987. p. 27-29.

SILVA, JR. Hédio. **Anti-racismo** - Coletânea de Leis Brasileiras (Federais, Estaduais, Municipais). São Paulo: Ed. Oliveira Mendes, 1998.

SILVA, Nivaldo Pereira da. **Racismo e Direito no Brasil: observância e aplicação da Lei Caó pelo poder judiciário.** São Paulo: UNEB, 2003.

SIQUEIRA, M. L. O Terreiro, a Quadra e a Roda: Formas Alternativas de Educação da Criança Negra em Salvador. In BOAVENTURA, Edivaldo M. & SILVA, Ana Célia da (Org.) A Força que Anima. Salvador: s.n., 2004.

TEIXEIRA, Valeria Maria Borges. Abrindo as cancelas da África: rompendo as barreiras do conhecimento – a experiência do projeto geração XXI. In: SILVA, Cidinha (Org.). **Ações afirmativas em educação: experiências brasileiras**. São Paulo: Summus, 2003. p. 79-111.